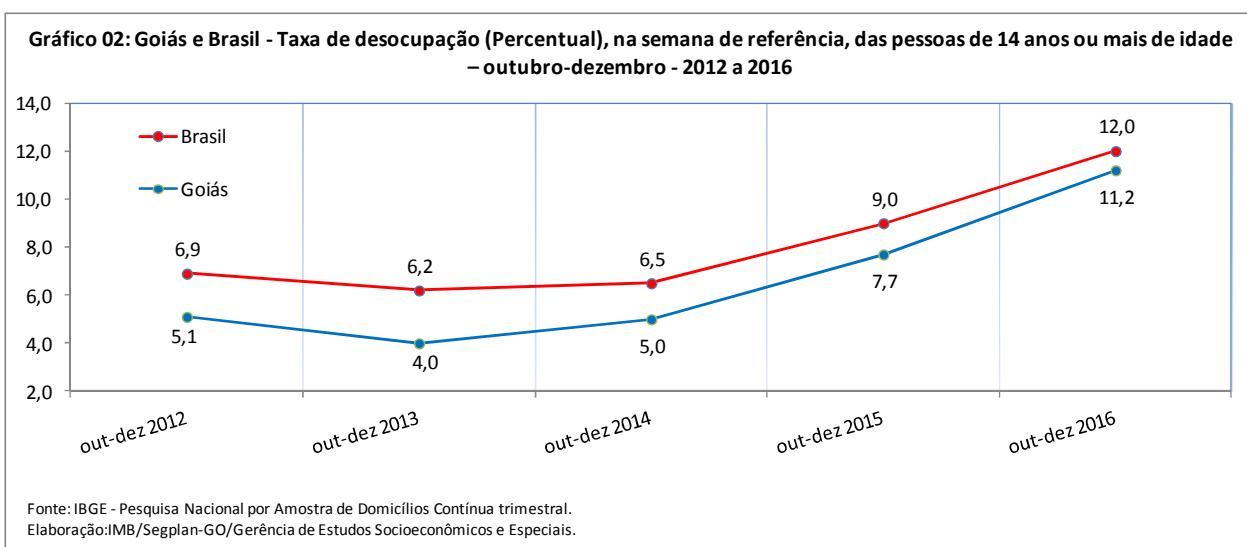
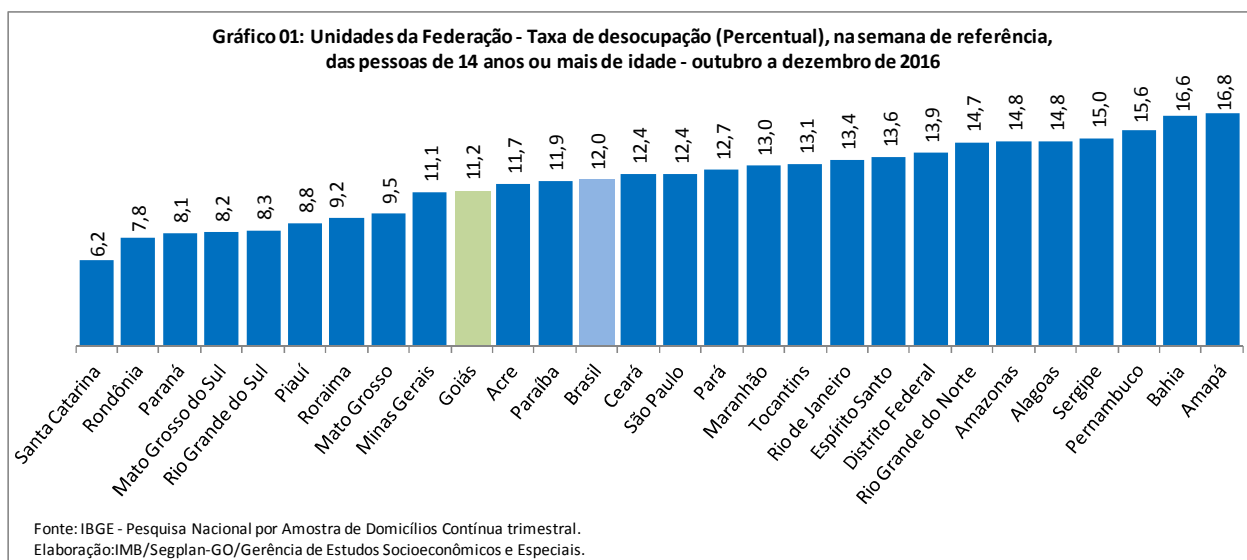


Desemprego em Goiás sobe no quarto trimestre de 2016

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação¹ em Goiás foi estimada em 11,2%, no período de outubro a dezembro de 2016, um aumento de 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre anterior. Esse aumento significa 34 mil pessoas a mais na fila de espera por uma vaga de trabalho, perfazendo um total de 396 mil desempregados no estado. Apesar da desocupação em Goiás continuar alta e longe dos níveis registrados no ano de 2014, ainda sim, representa a décima menor taxa entre as Unidades da Federação e 0,8 ponto percentual abaixo da média nacional (Gráficos 1 e 2).

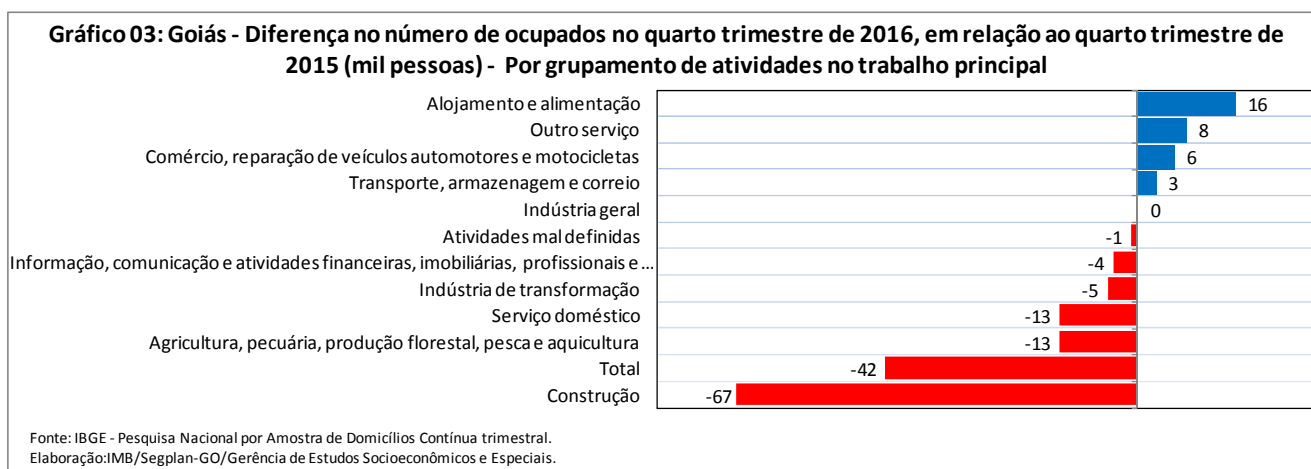
Segundo dados da PNAD, em relação ao trimestre anterior, a força de trabalho² aumentou em cerca de 71 mil pessoas enquanto o total de pessoas de 14 anos ou mais de idade cresceu em 29 mil, ou seja, cerca de 42 mil pessoas, que estavam fora da força de trabalho, passaram a procurar emprego. Foram criadas 39 mil vagas, em relação ao trimestre anterior, que representa 55% das pessoas que ingressaram na força de trabalho, elevando a taxa de desocupação (desocupados/força de trabalho).



¹ São classificadas como desocupadas, na semana de referência, as pessoas sem trabalho (que geram rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas, as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

² As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

A população ocupada em Goiás teve redução de 1,36% em 2016, isso significa dizer que do final do ano passado até dezembro desse ano, cerca de 42 mil pessoas perderam seus empregos. Com isso, o nível de ocupação (indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar - PIT) caiu para 58% no quarto trimestre de 2016, uma redução de 1,8 ponto percentual em relação ao último período de 2015. O grupamento de atividades de alojamento e alimentação teve o maior aumento no número de ocupados e as atividades ligadas à construção a maior redução (Gráfico 03).



Do ponto de vista do vínculo empregatício, posição na ocupação no trabalho principal, apenas os empregados tiveram aumento no número de ocupados, em relação ao último trimestre de 2015, elevação de 0,68%, que representa 15 mil pessoas a mais. Das 42 mil pessoas a menos no número total de ocupados, a maior parcela (69,1%) eram empregados, pessoas que trabalhavam para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração (Tabela 01).

A maior redução no número de pessoas ocupadas, segundo dados da PNAD, foi de trabalhadores por conta própria, cerca de 49 mil pessoas a menos, uma variação de -6,16%. Os empregadores, pessoas que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado, tiveram uma redução de -5,48%. Em termos absolutos, registrou-se 8 mil empregadores ocupados a menos que no último período de 2015 (Tabela 01).

Tabela 01: Goiás – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal (mil)

Posição na ocupação no trabalho principal	outubro-dezembro 2015	outubro-dezembro 2016	Variação absoluta	Representação	Média de Horas Trabalhadas por semana out-dez 2016
Total	3.180	3.138	-42	100,0%	40,2
Empregados	2.196	2.211	15	69,1%	40,3
Empregadores	146	138	-8	4,6%	39,5
Conta própria	796	747	-49	25,0%	44,9
Trabalhadores familiares auxiliares	42	41	-1	1,3%	31,1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Na análise dos indicadores por faixa etária, observou-se, no último trimestre de 2016, uma maior taxa de desocupação para as pessoas de 14 a 17 anos de idade (39,6%), 12,5 pontos percentuais a mais que a do último trimestre de 2015. Em termos absolutos significa 15 mil pessoas a mais nessa faixa etária a procura de emprego, perfazendo um total de 46 mil desocupados. Além disso, o nível de ocupação nessa faixa de idade caiu 3,3 pontos percentuais, cerca de 14 mil pessoas nessa idade perderam o emprego em 2016.

Fato semelhante ocorreu com a faixa etária de 18 a 24 anos, redução no nível de ocupação e aumento no número de desocupados, contudo, nesse caso, a força de trabalho aumentou bastante, registraram-se 57 mil pessoas a mais que em 2015.

Conforme observado na tabela 2, não houve aumento no número de ocupados nessa faixa etária, ou seja, essas pessoas não foram absorvidas pelo mercado, aumentando a taxa de desocupação em 8,7 pontos, em relação ao último trimestre de 2015.

Tabela 02: Goiás - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, e respectivas taxas e níveis, por grupo de idade - outubro a dezembro

Grupo de idade	Total (Mil pessoas)		força de trabalho (Mil pessoas)		Pessoas ocupadas (Mil pessoas)		Pessoas desocupadas (Mil pessoas)		Nível de ocupação (Percentual)		Taxa de desocupação (Percentual)	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
14 a 17 anos	445	447	115	115	84	70	31	46	18,9	15,6	27,1	39,6
18 a 24 anos	731	770	517	574	441	441	75	134	60,4	57,2	14,6	23,3
25 a 39 anos	1.636	1.590	1.335	1.337	1.243	1.206	91	131	76	75,8	6,9	9,8
40 a 59 anos	1.691	1.744	1.262	1.301	1.200	1.223	62	79	71	70,1	4,9	6
60 anos ou mais	817	857	216	205	211	199	5	6	25,8	23,2	2,2	3
Total	5.320	5.409	3.444	3.533	3.180	3.138	265	396	59,8	58	7,7	11,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Os dados por nível de instrução revelaram que apenas dois grupos tiveram redução na força de trabalho, os trabalhadores sem instrução e menos de um ano de estudo e os com nível fundamental ou equivalente completo. Por outro lado, houve aumento no número de ocupados apenas para trabalhadores com nível médio completo e nível superior completo, ambos com as menores taxas de desocupação registradas para o período.

Tabela 03: Goiás – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, desocupadas, e respectivas taxas e níveis, por níveis de instrução - outubro-dezembro de 2014/2015

Nível de Instrução	Pessoas de 14 anos ou mais		Pessoas na força de trabalho		Pessoas ocupadas		Nível de ocupação	Taxa de desocupação
	Número (mil)	Variação 2015/16	Número (mil)	Variação 2015/16	Número (mil)	Variação 2015/16		
Total	5.409	89	3.533	89	3.138	-42	58,0	11,2
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	620	-48	262	-35	232	-47	37,4	11,6
Fundamental ou equivalente incompleto	1.513	66	809	13	715	-17	47,3	11,6
Fundamental ou equivalente completo	518	-38	331	-34	285	-50	55,1	13,7
Médio ou equivalente incompleto	445	0	286	6	228	-14	51,1	20,4
Médio ou equivalente completo	1.357	7	1.069	33	960	2	70,8	10,2
Superior ou equivalente incompleto	272	5	198	8	174	-1	64,0	12,2
Superior ou equivalente completo	684	97	578	99	543	84	79,5	6,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Renda do Trabalhador

O rendimento médio real (descontada a inflação) de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em Goiás, foi estimado em R\$ 1.902,00, um ganho real de 1,63% em relação ao último trimestre de 2015. Os trabalhadores do sexo masculino tiveram aumento de 1,22%, contra aumento de 2,95% no salário real das mulheres (Quadro 03).

A massa de rendimento real de todos os trabalhos (soma de todos os salários pagos no país) somou R\$ 5,8 bilhões, no mês de referência, registrando um aumento de 1,68% no comparativo com o último trimestre de 2015. Do somatório dos rendimentos (massa salarial), 65,88% foram provenientes dos empregados, 11,64% dos empregadores e 22,49% dos trabalhadores por conta própria. Observou-se, em relação ao trimestre anterior, aumento na massa dos empregados, 4,23% em relação ao último período de 2015, as demais categorias de trabalhadores tiveram redução, empregadores (-1,56) e conta própria (-3,38%).

Na análise por Grupos de atividade no trabalho principal, a maior variação ocorrida no rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, em relação ao último trimestre de 2015, segundo dados da PNAD Contínua, foi observada para o empregado no setor público – com carteira de trabalho assinada (aumento de 32,17%). Por outro lado, os militares e RJU tiveram uma redução 2,96% no rendimento médio (Quadro 01).

Quadro 01: Goiás - Número de ocupados e rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)				
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Remuneração real		Pessoas ocupadas	
	Valor R\$	Variação 2015/2016	Mil pessoas	Variação 2015/2016
Total	R\$ 1.897,00	2,93%	3.138	-42
Empregado no setor privado, exclusive os trabalhadores domésticos	R\$ 1.637,00	3,61%	1.560	11
Empregado no setor privado, exclusive os trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho assinada	R\$ 1.762,00	5,07%	1.140	-34
Empregado no setor privado, exclusive os trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada	R\$ 1.293,00	1,33%	420	45
Trabalhador doméstico	R\$ 846,00	0,59%	253	-10
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	R\$ 1.109,00	2,40%	81	-12
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	R\$ 722,00	1,98%	172	2
Empregado no setor público	R\$ 2.741,00	0,96%	397	14
Empregado no setor público - com carteira de trabalho assinada	R\$ 2.424,00	32,17%	20	-3
Empregado no setor público - sem carteira de trabalho assinada	R\$ 1.815,00	11,49%	89	1
Empregado no setor público - militar e RJU	R\$ 3.048,00	-2,96%	289	17
Empregadores	R\$ 4.948,00	4,30%	138	-8
Conta própria	R\$ 1.780,00	2,71%	747	-49
Trabalhador auxiliar familiar	R\$ 0,00	0,00%	41	-1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Quadro 02: Goiás - Número de ocupados e rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)				
Grupamentos de atividade no trabalho principal - PNADC	Remuneração real		Pessoas ocupadas	
	Valor R\$	Variação 2015/2016	Mil pessoas	Variação 2015/2016
Total	R\$ 1.897,00	2,93%	3.138	-42
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	R\$ 1.794,00	3,34%	290	-13
Indústria geral	R\$ 1.705,00	2,83%	407	0
Indústria de transformação	R\$ 1.619,00	3,45%	355	-5
Construção	R\$ 1.764,00	6,65%	282	-67
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	R\$ 1.753,00	1,45%	662	6
Transporte, armazenagem e correio	R\$ 1.886,00	-9,02%	130	3
Alojamento e alimentação	R\$ 1.543,00	8,43%	167	16
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	R\$ 2.567,00	4,82%	277	-4
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	R\$ 2.749,00	3,93%	522	22
Outro serviço	R\$ 1.429,00	-10,85%	144	8
Serviço doméstico	R\$ 846,00	0,59%	255	-13
Atividades mal definidas	R\$ 1.500,00	-52,86%	-	-1

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Subocupação

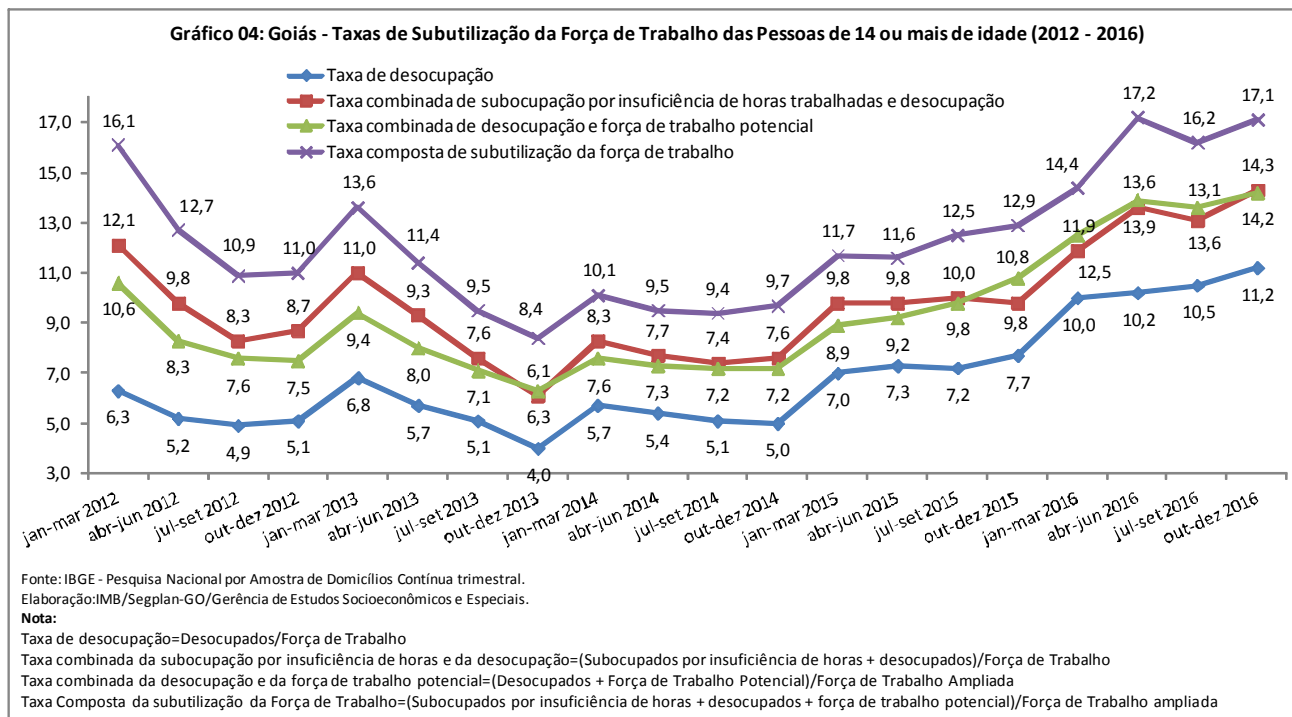
De acordo com o IBGE, o grupo considerado subocupados por insuficiência de horas trabalhadas³ – pessoas que estão ocupadas, mas têm uma jornada menor do que 40 horas semanais – chegou a 109 mil pessoas no quarto trimestre de 2016, em Goiás. A soma de desocupados com subocupados por insuficiência de horas trabalhadas totalizou 504 mil pessoas, ou 9,32% do contingente total de pessoas em idade de trabalhar. A taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas e da desocupação chegou a 14,3%.

A força de trabalho potencial⁴ em Goiás totalizou a 122 mil pessoas no quarto trimestre de 2016. Com isso, a taxa combinada de desocupação e força de trabalho potencial ficou em 14,2%. Estão incluídos nesse grupo os que se encaixam no chamado desalento, que são os que desistiram do mercado de trabalho porque já não acreditam mais que poderão conseguir alguma vaga. Somados os 396 mil desocupados, os 109 mil subocupados e os que compõem a força de trabalho potencial, totalizam, em

³ São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas as pessoas 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

⁴ Contingente formado por dois grupos: I. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; II. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Goiás, 627 mil pessoas que precisam de trabalho. A série completa das quatro taxas de subutilização da força de trabalho para Goiás pode ser observada no Gráfico 04, a seguir.



Quadro 03: Goiás Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas, níveis e remunerações, por sexo em Goiás – outubro de 2016											
Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Total / Sexo	PIA (Mil)	Percentual por sexo	Percentual na força de trabalho	Percentual de ocupados	Percentual de desocupados	Percentual fora da força de trabalho	Nível de ocupação	Nível de desocupação	Taxa de desocupação	Rendimento médio real de todos os trabalhos
Brasil	Total	167.148	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	54,0%	7,4%	12,0%	R\$ 2.043,00
	Homens	79.895	47,8%	56,1%	57,0%	49,7%	34,6%	64,3%	7,7%	10,7%	R\$ 2.251,00
	Mulheres	87.253	52,2%	43,9%	43,0%	50,3%	65,4%	44,5%	7,1%	13,8%	R\$ 1.762,00
Rondônia	Total	1.382	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	57,6%	4,9%	7,8%	R\$ 1.667,00
	Homens	679	49,2%	59,6%	60,5%	48,5%	31,8%	70,9%	4,8%	6,4%	R\$ 1.778,00
	Mulheres	703	50,8%	40,4%	39,5%	51,5%	68,2%	44,7%	4,9%	10,0%	R\$ 1.489,00
Acre	Total	597	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	47,5%	6,3%	11,7%	R\$ 1.711,00
	Homens	295	49,5%	58,9%	59,8%	52,3%	38,6%	57,4%	6,6%	10,3%	R\$ 1.801,00
	Mulheres	301	50,5%	41,1%	40,2%	47,7%	61,4%	37,8%	5,9%	13,6%	R\$ 1.575,00
Amazonas	Total	2.836	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	52,8%	9,2%	14,8%	R\$ 1.570,00
	Homens	1.415	49,9%	59,6%	61,6%	48,5%	34,0%	65,2%	8,9%	12,1%	R\$ 1.621,00
	Mulheres	1.420	50,1%	40,4%	38,4%	51,5%	66,0%	40,5%	9,5%	18,9%	R\$ 1.482,00
Roraima	Total	343	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	53,0%	5,4%	9,2%	R\$ 2.090,00
	Homens	173	50,5%	59,0%	60,0%	49,1%	38,6%	62,9%	5,2%	7,7%	R\$ 2.192,00
	Mulheres	170	49,5%	41,0%	40,0%	50,9%	61,4%	42,8%	5,5%	11,4%	R\$ 1.936,00
Pará	Total	6.270	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	52,6%	7,6%	12,7%	R\$ 1.369,00
	Homens	3.057	48,8%	59,6%	61,1%	49,5%	32,3%	65,9%	7,8%	10,5%	R\$ 1.428,00
	Mulheres	3.213	51,2%	40,4%	38,9%	50,5%	67,7%	40,0%	7,5%	15,8%	R\$ 1.269,00
Amapá	Total	577	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	51,3%	10,3%	16,8%	R\$ 2.090,00
	Homens	275	47,6%	55,8%	58,2%	43,7%	34,5%	62,7%	9,5%	13,1%	R\$ 2.031,00
	Mulheres	302	52,4%	44,2%	41,8%	56,3%	65,5%	41,0%	11,1%	21,3%	R\$ 2.175,00
Tocantins	Total	1.178	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	51,8%	7,8%	13,1%	R\$ 1.756,00
	Homens	584	49,6%	59,5%	61,1%	49,3%	34,9%	63,8%	7,7%	10,8%	R\$ 1.901,00
	Mulheres	594	50,4%	40,5%	38,9%	50,7%	65,1%	40,0%	7,8%	16,4%	R\$ 1.527,00
Maranhão	Total	5.201	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	45,5%	6,8%	13,0%	R\$ 1.130,00
	Homens	2.539	48,8%	60,1%	60,9%	54,8%	36,5%	56,7%	7,6%	11,8%	R\$ 1.166,00
	Mulheres	2.662	51,2%	39,9%	39,1%	45,2%	63,5%	34,7%	6,0%	14,7%	R\$ 1.073,00
Piauí	Total	2.561	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	49,5%	4,8%	8,8%	R\$ 1.292,00
	Homens	1.226	47,9%	58,8%	58,8%	59,8%	34,8%	60,8%	6,0%	9,0%	R\$ 1.356,00
	Mulheres	1.335	52,1%	41,2%	41,2%	40,2%	65,2%	39,2%	3,7%	8,6%	R\$ 1.196,00
Ceará	Total	7.177	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	47,6%	6,7%	12,4%	R\$ 1.315,00
	Homens	3.403	47,4%	57,4%	58,3%	51,1%	35,5%	58,5%	7,3%	11,0%	R\$ 1.385,00
	Mulheres	3.774	52,6%	42,6%	41,7%	48,9%	64,5%	37,8%	6,3%	14,3%	R\$ 1.215,00
Rio Grande do Norte	Total	2.838	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	46,1%	7,9%	14,7%	R\$ 1.615,00
	Homens	1.340	47,2%	57,1%	58,1%	51,0%	35,7%	56,7%	8,5%	13,1%	R\$ 1.714,00
	Mulheres	1.498	52,8%	42,9%	41,9%	49,0%	64,3%	36,6%	7,4%	16,7%	R\$ 1.476,00
Paraíba	Total	3.181	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	46,3%	6,3%	11,9%	R\$ 1.481,00
	Homens	1.479	46,5%	57,8%	58,5%	53,0%	34,0%	58,2%	7,2%	11,0%	R\$ 1.544,00
	Mulheres	1.701	53,5%	42,2%	41,5%	47,0%	66,0%	36,0%	5,5%	13,3%	R\$ 1.390,00
Pernambuco	Total	7.545	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	45,4%	8,4%	15,6%	R\$ 1.558,00
	Homens	3.543	47,0%	57,9%	58,9%	52,5%	34,2%	57,0%	9,4%	14,2%	R\$ 1.633,00
	Mulheres	4.002	53,0%	42,1%	41,1%	47,5%	65,8%	35,2%	7,5%	17,6%	R\$ 1.448,00
Alagoas	Total	2.642	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	40,8%	7,1%	14,8%	R\$ 1.343,00
	Homens	1.239	46,9%	58,7%	59,7%	52,7%	36,0%	52,0%	7,9%	13,3%	R\$ 1.382,00
	Mulheres	1.404	53,1%	41,3%	40,3%	47,3%	64,0%	30,9%	6,3%	16,9%	R\$ 1.284,00
Sergipe	Total	1.823	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	48,2%	8,5%	15,0%	R\$ 1.653,00
	Homens	866	47,5%	57,8%	59,0%	50,9%	34,1%	59,9%	9,1%	13,2%	R\$ 1.768,00
	Mulheres	957	52,5%	42,2%	41,0%	49,1%	65,9%	37,7%	8,0%	17,4%	R\$ 1.480,00
Bahia	Total	12.225	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	49,8%	9,9%	16,6%	R\$ 1.344,00
	Homens	5.781	47,3%	55,9%	57,3%	48,6%	34,6%	60,3%	10,2%	14,5%	R\$ 1.428,00
	Mulheres	6.443	52,7%	44,1%	42,7%	51,4%	65,4%	40,3%	9,7%	19,4%	R\$ 1.228,00
Minas Gerais	Total	17.340	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	56,3%	7,0%	11,1%	R\$ 1.796,00
	Homens	8.315	48,0%	55,4%	56,0%	50,8%	35,0%	65,8%	7,5%	10,2%	R\$ 2.017,00
	Mulheres	9.025	52,0%	44,6%	44,0%	49,2%	65,0%	47,6%	6,6%	12,3%	R\$ 1.508,00
Espírito Santo	Total	3.254	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	54,3%	8,5%	13,6%	R\$ 1.926,00
	Homens	1.555	47,8%	56,0%	56,7%	52,0%	33,8%	64,4%	9,3%	12,6%	R\$ 2.140,00
	Mulheres	1.699	52,2%	44,0%	43,3%	48,0%	66,2%	45,1%	7,9%	14,8%	R\$ 1.637,00
Rio de Janeiro	Total	14.010	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	51,3%	8,0%	13,4%	R\$ 2.277,00
	Homens	6.582	47,0%	55,5%	56,8%	47,6%	34,6%	62,0%	8,1%	11,5%	R\$ 2.516,00
	Mulheres	7.428	53,0%	44,5%	43,2%	52,4%	65,4%	41,8%	7,9%	15,8%	R\$ 1.962,00
São Paulo	Total	37.235	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	57,7%	8,2%	12,4%	R\$ 2.652,00
	Homens	17.768	47,7%	54,5%	55,2%	49,7%	34,6%	66,7%	8,5%	11,3%	R\$ 3.027,00
	Mulheres	19.468	52,3%	45,5%	44,8%	50,3%	65,4%	49,4%	7,9%	13,7%	R\$ 2.189,00
Paraná	Total	9.260	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,9%	5,2%	8,1%	R\$ 2.244,00
	Homens	4.456	48,1%	55,7%	56,3%	49,3%	34,5%	69,0%	5,3%	7,1%	R\$ 2.506,00
	Mulheres	4.804	51,9%	44,3%	43,7%	50,7%	65,5%	49,7%	5,0%	9,2%	R\$ 1.897,00
Santa Catarina	Total	5.738	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	60,1%	3,9%	6,2%	R\$ 2.171,00
	Homens	2.805	48,9%	56,0%	56,4%	48,9%	36,3%	69,4%	3,9%	5,4%	R\$ 2.446,00
	Mulheres	2.934	51,1%	44,0%	43,6%	51,1%	63,7%	51,2%	3,9%	7,2%	R\$ 1.807,00
Rio Grande do Sul	Total	9.411	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	59,4%	5,3%	8,3%	R\$ 2.288,00
	Homens	4.467	47,5%	54,5%	55,2%	46,6%	34,7%	69,0%	5,2%	7,1%	R\$ 2.592,00
	Mulheres	4.943	52,5%	45,5%	44,8%	53,4%	65,3%	50,7%	5,4%	9,7%	R\$ 1.899,00
Mato Grosso do Sul	Total	2.103	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	60,0%	5,3%	8,2%	R\$ 2.062,00
	Homens	1.011	48,0%	55,7%	56,6%	45,7%	33,7%	70,7%	5,1%	6,7%	R\$ 2.362,00
	Mulheres	1.093	52,0%	44,3%	43,4%	54,3%	66,3%	50,2%	5,6%	10,0%	R\$ 1.668,00
Mato Grosso	Total	2.590	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,3%	6,1%	9,5%	R\$ 1.961,00
	Homens	1.280	49,4%	59,1%	59,8%	51,8%	32,0%	70,6%	6,4%	8,3%	R\$ 2.212,00
	Mulheres	1.310	50,6%	40,9%	40,2%	48,2%	68,0%	46,3%	5,8%	11,2%	R\$ 1.582,00
Goiás	Total	5.409	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,0%	7,3%	11,2%	R\$ 1.933,00
	Homens	2.635	48,7%	57,3%	58,4%	48,4%	32,6%	69,5%	7,3%	9,5%	R\$ 2.163,00
	Mulheres	2.774	51,3%	42,7%	41,6%	51,6%	67,4%	47,1%	7,4%	13,5%	R\$ 1.607,00
Distrito Federal	Total	2.423	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	58,3%	9,4%	13,9%	R\$ 3.653,00
	Homens	1.126	46,5%	52,2%	53,8%	42,1%	34,5%	67,5%	8,5%	11,2%	R\$ 4.029,00
	Mulheres	1.297	53,5%	47,8%	46,2%	57,9%	65,5%	50,3%	10,2%	16,8%	R\$ 3.212,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Responsável Técnico:
João Quirino Rodrigues Junior
Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais